

GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

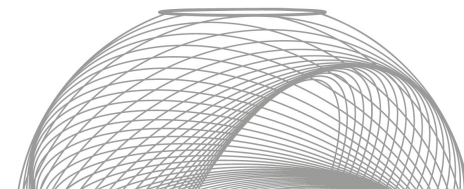
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

DO “SUL GLOBAL” AO “MERIDIONALISMO”: A CONSCIENTIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DOS “POVOS SEM HISTÓRIA”

André Roberto Martin
Universidade de São Paulo
andremartin@usp.br

Izan Reis de Araujo
International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence
izan.araujo@iigsi.org

Introdução

Nos dias que correm é possível afirmar, sem hesitação, que a expressão “Sul Global” se tornou um conceito da moda. Como costuma acontecer no debate intelectual, político ou acadêmico, alguns conceitos, inicialmente sugeridos em algum texto, ou pronunciados por alguma personalidade em alguma situação específica, acabam se popularizando e passam a ser repetidos insistentemente até que, em um belo dia, são substituídos, quer porque perderam sua capacidade explicativa em face de mudanças significativas que solicitaram um novo conceito para interpretar a nova realidade, quer porque, em função do abuso de sua utilização, gerou-se uma polissemia interpretativa que terminou por torná-los pouco efetivos, desde um ponto de vista político.

Este é precisamente o caso do conceito de “globalização”, o qual substituí por sua vez a noção também pouco precisa, mas largamente empregada, de “guerra fria”, e agora é ele quem está caindo em desuso. Nossa hipótese aqui é a de que o crescente emprego da expressão “sul global” vem ganhando adesão graças justamente ao desgaste do conceito de “globalização”, ou dito de outra maneira, em função da crise do fenômeno que ele buscava exprimir. Isto fica bastante claro quando acrescentamos os eventos da pandemia de Covid-19, e o atual conflito na Ucrânia em nossa análise, os quais comprometeram seriamente os fundamentos do processo de

abertura de mercados e privatizações de empresas estatais experimentado desde a desagregação da União Soviética.

Revisitar, portanto, em largas pinceladas, a genealogia dos conceitos até aqui enunciados, é uma das tarefas deste texto. A outra é vislumbrar, a partir da posição geográfica do Brasil, a possibilidade de uma conscientização geopolítica que aponte o caminho para que os assim chamados “povos sem história” possam finalmente tomar as rédeas de seu destino em suas próprias mãos. O texto está organizado em quatro seções, a primeira remetendo ao fim da Segunda Guerra Mundial quando se assentaram as bases ideológicas do que mais tarde denominaríamos de “globalização”. Não por mera coincidência, foi a mesma conjuntura em que surgiu a expressão “guerra fria” para designar o ambiente diplomático e geopolítico ali nascido. Em seguida, fazemos uma indagação que constitui o próprio propósito do nosso esforço, isto é, demonstrar como é vago e pouco crítico, além de anacrônico, o conceito que agora experimenta seus quinze minutos de fama. No terceiro segmento examinamos a relação muito próxima entre as outras duas expressões nascidas no mesmo período, e que tentaram se afastar do suposto universalismo abrangido pela rivalidade entre soviéticos e norte-americanos. Na última parte, por fim, defenderemos a tese de que a libertação dos povos do Sul do mundo da exploração imperialista que vem do Norte pressupõe a tomada de consciência de sua condição geopolítica particular.

Da “guerra fria” à “globalização”

Quando se empreende a busca pela etimologia ou história dos conceitos podemos nos deparar com muitas surpresas. Recorde-se, por exemplo, o que ocorreu com o termo “neoliberalismo”, difundido mundialmente após a subida dos conservadores ao poder, com Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Isto no início da década de 1980. Uma cuidadosa operação de relações públicas tratou de vender a ideia de que se tratava de uma resposta absolutamente inovadora frente ao problema universal da dívida pública, o qual afetava todos os países, independentemente do regime político adotado, quer fossem Estados comunistas de economia planificada, ou Estados capitalistas comandados pela social-democracia que aplicavam, em parte, o planejamento econômico, ou mesmo Estados periféricos dirigidos por governos autoritários de direita que também possuíam planos de desenvolvimento nacional. Nem mesmo o liberalismo clássico foi poupado, já que sindicatos, empresas estatais e impostos deveriam ser eliminados, e não tolerados. Pois bem, o que era apresentado como grande novidade não passava de uma reapropriação das antigas ideias de Von Mises e Frederick Hayek, os quais haviam perdido a disputa ideológica para John Maynard Keynes décadas antes, visto que a perspectiva expansionista deste último se mostrara mais realista, tanto na recuperação do *Crash* de 1929, quanto diante das necessidades de reconstrução do pós-guerra (Anderson, 1995).

Da mesma forma, o conceito de “globalização” se impôs muito tempo depois de sua idealização. Sua popularização se deu em paralelo ao momento em que os paí-

ses que compunham o bloco soviético substituíram o planejamento centralizado pela economia de mercado. Pouca gente sabe que, porém, o termo nasceu de uma mudança de perspectiva diplomática e geopolítica dos Estados Unidos, após o ataque japonês a Pearl Harbour. Foi ali que o histórico neutralismo da política exterior norte americana foi trocado pelo globalismo, uma vez que agora, as ameaças vinham pelos dois oceanos que banham suas costas, com a América tendo de enfrentar simultaneamente os submarinos alemães no Atlântico Norte, e os porta-aviões japoneses no Pacífico. Logo em seguida, com a morte de Roosevelt e o surgimento da “Doutrina Truman”, os Estados Unidos deliberadamente passaram a assumir o papel de defensores do “mundo livre”, dando início assim a seu projeto de dominação unipolar do planeta. Uma interpretação a-histórica e manipuladora difundida por eles próprios, no entanto, insiste em reafirmar que a globalização representaria um processo natural e inexorável de unificação do mundo sob as regras neoliberais, e que sucederia inevitavelmente à fracassada experiência do socialismo, invertendo-se assim consequentemente, a chave marxista da dialética do novo contra o velho. Mas, como apontou oportunamente Milton Santos: “um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (Santos, 2001, p.19).

Com esta inversão dos termos, uma novíssima direita pós-neoliberal vem interpretando o globalismo como filho da globalização e não o contrário. Isto dificulta ainda mais o entendimento da realidade visto que nesta leitura, o globalismo desloca-se da economia para o campo cultural, e a chamada “pauta identitária” passa a ser vista como inimiga das tradições nacionais. Numa versão radical, o ex-chanceler brasileiro Ernesto Araújo chegou a definir o globalismo como a “configuração atual do marxismo”, concluindo que a globalização econômica estava a serviço do marxismo cultural (Gragnani, 2019). Versões menos exóticas, mas ainda antimarxistas se esforçam de qualquer modo por dissociar uma coisa da outra, apresentando a globalização econômica como um processo positivo de “divisão do trabalho em nível mundial”, enquanto o globalismo ao contrário, seria o nefasto objetivo totalitário de instauração de um governo mundial. Vê-se logo como estamos longe de qualquer consenso.

Curiosamente, cerca de duas décadas atrás, quando o neoliberalismo estava no auge, as definições eram bem diferentes. O globalismo era visto como a ideologia que subordinava precisamente a política à economia, ou nas palavras de Ulrich Beck representava a “ditadura neoliberal do mercado mundial que destrói os alicerces do autodesenvolvimento democrático” (Beck, 2003). A globalização então, em contrapartida, poderia resumidamente ser concebida como o processo de enfraquecimento da capacidade dos Estados nacionais em gerirem, de forma autônoma, suas políticas econômica e social. Dito de outra maneira, para o globalismo a globalização deveria se limitar à livre circulação de capitais ao redor do globo terrestre³¹.

Não vamos nos alongar sobre a confusão que reina também quando se trata de datar o início do processo de globalização. O Império Romano, as grandes nave-

31 Para os neoliberais, portanto, a globalização é positiva, espontânea, e sinônimo de livre-comércio, já o globalismo seria negativo, ao atrair a cobiça dos burocratas. Numa versão mais radicalizada, de ultradireita, a diferença é que os burocratas mais odiados passam a ser os que trabalham em organismos internacionais e não no Estado nacional. Isto porque pretendem justamente se impor de forma autoritária em assuntos tais como racismo, imigração, descriminalização das drogas e sexualidade.

gações, o imperialismo da era industrial, o pós-guerra, a queda do muro de Berlim, foram vários os eventos históricos tomados por diversos autores, e avançar neste ponto nos desviaria em demasia de nosso foco. Vale mais a pena tentar aprofundar um pouco mais o debate em torno do nascimento e significado do conceito de “guerra fria”, o que nos ajudará a sustentar a interpretação sobre a interconexão histórica entre ambos.

Embora também não haja um consenso absoluto sobre quem foi o criador da expressão “guerra fria”, já está bastante assentada a versão de que coube ao diplomata norte-americano Bernard Baruck. Designado pelo presidente Truman para acompanhar as difíceis negociações entre Grécia e Turquia por antigas questões fronteiriças, e que envolviam também a União Soviética, ao sair de uma reunião, Baruck teria respondido a um jornalista que o ambiente tenso do encontro não permitira a assinatura de um acordo de paz efetivo, mas tampouco havia ânimo para se começar um novo conflito, de modo que um clima de “guerra fria” havia se instalado. Foi a melhor metáfora que encontrou para descrever aquele impasse. Daí muitos considerarem que as promessas de financiamento de Truman à Grécia e Turquia em fevereiro de 1947, visando afastá-los da influência soviética, pode ser considerado o início da ruptura entre os antigos aliados contra o nazismo, dando início assim a um novo período histórico, que, por falta de melhor definição, acabaria sendo designado pela expressão cunhada por Baruck³². Com o passar do tempo e sua disseminação, novamente, multiplicaram-se os sentidos a ela atribuídos, permanecendo o dissenso sobre sua origem precisa, mas é inegável o fato histórico de que, entre 1939 e 1945, houve uma contestação intrassistema, e agora, no pós-guerra passava-se a viver uma rivalidade entre dois sistemas internacionais, já que o socialismo deixara de ser o modelo econômico exclusivo de um único país.

Só que a evocação da Revolução Russa introduz um novo complicador na análise, uma vez que do ponto de vista geopolítico o início da “guerra fria” pode ser recuado para 1917, ou quem sabe 1919, pois não vamos nos esquecer da política de *Cordon Sanitaire* imposta pelos países capitalistas contra a “pátria do proletariado”, apenas um ano depois de terminado o conflito mundial no qual, franceses e russos, haviam estado do mesmo lado³³. Situação esta que iria se repetir em 1946 quando Winston Churchill pronunciou o célebre “Discurso de Fulton”, no qual se referiu à “cortina de ferro” imposta por Stálin aos países da Europa Oriental como uma grande ameaça às democracias³⁴. Ou seja, tratava-se da mesma ideia de cerco à Rússia. A versão liberal da oposição inconciliável entre democracia e autoritarismo, embora desmentida por inúmeros fatos, é ainda hoje o argumento brandido pela administração Joe Biden para justificar seu apoio à Ucrânia contra os russos “de sempre”, mesmo

32 Muitos autores citam o jornalista Walter Lippmann como o “pai” da expressão guerra-fria. Mas a versão do historiador Claude Delmas nos parece mais completa e verossímil.

33 Vale relembrar o conceito de “profundidade estratégica”, que no caso russo tem funcionado como uma espécie de sanfona. Os territórios cedidos por Lênin às Potências Centrais em 1918, coincidem com os do “cordão sanitário” proposto pelo primeiro-ministro francês Georges Clemenceau em 1919, visando bloquear o avanço da revolução bolchevique na direção oeste. E são praticamente os mesmos que agora se incorporam à OTAN.

34 Para Churchill, os ingleses haviam lutado contra o inimigo “errado”, e a tomada do poder pelos comunistas na Europa Oriental justificava os receios do Ocidente quanto aos propósitos expansionistas de Stálin. Mas a rigor a União Soviética estava arrasada, e não tinha nenhum interesse em abrir um novo conflito.

que agora já não sejam mais comunistas.

Nesse sentido, remando contra a maré, não acompanhamos a premissa do “fim da bipolaridade”, já que tanto em termos militares quanto geopolíticos, o equilíbrio do terror nuclear entre a superpotência bi-oceânica – os Estados Unidos – e a superpotência bi-continental – a União Soviética –, se manteve desde pelo menos meados dos anos 1950 quando Moscou quebrou o monopólio anglo-saxônico da bomba atômica, de fato³⁵. Situação esta que persistiu depois de 1991 a despeito da dissolução da União Soviética. De modo que o recuo ideológico, econômico e, por fim geopolítico da Rússia soviética para a Federação da Rússia atual, não pode ser tratado como a anulação da sua condição de superpotência. No fundo, o que tivemos nas últimas décadas foi uma “ilusão de poder” dos Estados Unidos, que se julgaram única potência restante, subestimando assim a ascensão econômica chinesa e o poder militar da Rússia. Agora, na atual crise ucraniana, fica reforçada a tese de que a guerra fria na verdade nunca deixou de existir se por ela entendemos justamente a grande dicotomia geopolítica entre terra e mar. Por isso uma compreensão mais sofisticada da expressão “guerra fria” nos conduz à chamada “Ordem de lalta”, isto é, ao sistema interestatal desenhado pelas potências vencedoras mesmo antes da rendição formal do Eixo.

Uma interpretação, portanto, mais colada aos fatos, nos parece, propõe que a nova ordem mundial saída dos escombros da segunda guerra, apesar de desenhada por três grandes líderes –Churchill, Roosevelt e Stálin- tornou-se essencialmente bipolar, em face da superposição entre as clivagens geopolítica, militar e ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. Desde lá, é verdade, ocorreram variações na geometria do poder mundial, mas sem que se chegasse, contudo, a ser colocada em xeque a essência do sistema. Uma periodização mais refinada nos mostra o período 1948-1953 como muito crítico nas relações soviético-americanas, com os Estados Unidos engajando-se profundamente na Guerra da Coreia e enxergando a posição da chancelaria soviética como expansionista. Aliás, foi Truman quem mencionou a frase “estamos em guerra fria contra a União Soviética” em 1948, após a imposição pelos soviéticos, de um bloqueio terrestre a Berlim Ocidental. A morte de Stálin e a divisão da Coreia aliviaram até certo ponto o cenário, o qual voltaria a ficar muito tenso com a Revolução Cubana e a “crise dos mísseis” que lhe sucedeu. Superada esta nova crise, embora Washington prosseguisse com sua política agressiva na Ásia - guerra do Vietnã- ao menos na Europa a situação desanuviou-se paulatinamente. Com a chegada ao poder do presidente Georges Pompidou, na França, e sua aproximação com o líder soviético Leonid Brezhnev, a expressão em francês *détente* –distensão – popularizou-se, na intenção de designar este novo estágio nas relações entre o Leste e o Oeste. Entre 1969 e 1975 de fato, foi bastante proeminente a política exterior francesa. De Gaulle, desde o final da Segunda Guerra sonhara com uma França autônoma, liderando um terceiro polo de poder mundial. É verdade que havia recebido o apoio norte americano na criação da sua força de dissuasão nuclear, mas acabou retirando a França da OTAN pouco depois, e procurou fortalecer o Mercado Comum

35 Em 1949 quando os soviéticos detonaram sua primeira bomba atômica, os norte americanos possuíam 200 artefatos. Mas, em 1953, os russos já haviam chegado à bomba de hidrogênio, apenas um ano depois de seus rivais. A seguir, com o Sputnik, em 1957, eles se colocaram um passo à frente, o que gerou um grande temor no Ocidente.

Europeu, assim como desanuviar as tensões com a União Soviética. Foi seu sucessor, no entanto, quem consagrou internacionalmente a perspectiva estratégica gaullista da *détente*, a partir de uma viagem histórica e simbólica a Moscou em 1974. No ano seguinte, Kissinger assinaria a paz com o general Giap, encerrando assim, a guerra do Vietnã. Não é de estranhar que muitos autores tenham considerado por isso, o período histórico da “guerra fria” como encerrado uma segunda vez.

Só que a História não para e, em 1983, surgiu um novo momento de grande risco para a paz mundial quando o presidente Reagan deslocou mísseis de alcance intermediário para a Alemanha, quebrando os acordos de desarmamento que vinham acontecendo desde 1972. O motivo real que fizera o presidente dos Estados Unidos definir a União Soviética como o “Império do Mal”, no início daquele ano, era praticamente o mesmo que hoje explica o conflito na Ucrânia, ou seja, a objeção norte-americana à ligação energética entre Rússia e Alemanha. Os exercícios da OTAN em novembro de 1972 soaram o alerta máximo de prontidão para o Exército Vermelho, e por um triz a humanidade não se viu tragada pela irracionalidade da “destruição mútua assegurada”. Não obstante a visão ocidental a respeito de uma União Soviética revolucionária, monolítica e expansionista, a chegada ao poder em Moscou de Mikhail Gorbachev em 1985 alterou profundamente o quadro, tanto nas relações internacionais quanto na política interna. Sua disposição em democratizar o sistema soviético, adotar práticas de mercado, e aprofundar a política de “coexistência pacífica” parecia tão original que, mesmo no Ocidente, prevaleceram as designações em russo – *glasnost* e *perestroika* – para denominá-la. Vale chamar a atenção para este deslocamento linguístico ao longo do tempo, ressaltando a matriz nacional onde os conceitos nasceram: *cold war/détente/glasnost*, ou seja Estados Unidos, França e União Soviética, respectivamente. Isto nos sugere uma correlação causal entre o protagonismo na política mundial e seu deslocamento geográfico no sentido do oeste para o leste, mesmo caminho seguido pelas revoluções americana, francesa e russa. Se for isso mesmo, isto é, se existe este nexos causal, cabe esperar agora o que a China ainda nos reserva. País há não muito tempo tachado como “subdesenvolvido”, seu crescimento vertiginoso nas últimas quatro décadas comprometeu seriamente sua inclusão no “Sul Global” como se costuma fazer. Esta questão merece um aprofundamento.

Os países do “Sul Global” são os mesmos do “mundo subdesenvolvido”?

Dois debates subalternos à grande clivagem geopolítica e ideológica acima descrita, e que marcaram indelevelmente o nascimento da ONU, foram os temas da “descolonização”, na área jurídica-política, e a questão do enfrentamento à pobreza, ou como ficou mais conhecido, o combate ao “subdesenvolvimento”, nos planos econômico e social. Além disso, havia o enorme problema da reconstrução dos países arrasados pela guerra. Foram então criadas um conjunto de instituições somente para cuidar desses assuntos, sendo a mais exitosa aquela dedicada à América Latina, o que se explica em grande medida pela junção da sua condição econômica não exclusiva –

o subdesenvolvimento – com o fato de esse grupo ser formado predominantemente por nações soberanas. O bloco afro-asiático, recorde-se, estava ainda fundamentalmente sob o controle europeu, no imediato pós-guerra. Vale ressaltar também que, mesmo já instaurado o “imaginário da guerra fria”, como vimos, soviéticos e norte americanos ainda concordavam, no geral, com a descolonização e a manutenção da paz. Na histórica Conferência de São Francisco realizada no dia 25 de abril de 1945, onde se debateu a “Organização Mundial”, dos 46 países signatários da carta de fundação da ONU, nada menos de 20 eram latino-americanos. Além do conhecido Conselho de Segurança, foi criado um Conselho Econômico e Social com duas Comissões provisórias para tratar da reconstrução do pós-guerra: uma para a Europa e outra para a Ásia. A América Latina, poupada dos bombardeios, não era considerada uma zona prioritária. Houve um longo processo de convencimento das delegações dos países latino-americanos para que finalmente, em junho de 1948 nascesse a CEPAL, uma instituição-chave na disseminação do debate em torno do tema do “subdesenvolvimento”.

A possibilidade de comparações estatísticas permitiu que as publicações das Nações Unidas se tornassem importante instrumento “para a tomada de consciência da existência de um pequeno grupo de países muito ricos e de uma multidão de países pobres” (Lacoste, 1975, p. 16). Foi o estopim para o nascimento de outros conceitos que tentavam explicar ou superar a condição de “subdesenvolvimento”, como foram os casos das noções de “terceiro mundo” e “não alinhamento” que examinaremos mais adiante. Fato é que enfatizar causas endógenas ou exógenas para justificar o fenômeno dividiu as opiniões, de modo a reproduzir, grosso modo, a clivagem ideológica primordial da “guerra fria”.

Quanto ao conceito específico de “Sul Global”, pode-se dizer que seu sentido original equivale ao de “mundo subdesenvolvido”, pressupondo a existência de um sistema econômico planetário – o capitalismo global – bifurcado econômica e geograficamente. Ao escrever sobre a guerra do Vietnã em 1967 para um jornal católico, o escritor e ativista Carl Oglesby justificou a posição dos vietcongues uma vez que estes estavam lutando contra uma “ordem social intolerável”, e que foi construída através de séculos de “domínio do norte sobre o sul global” (Oglesby, apud Martinez, 2022). Na época, a expressão não se alastrou, sufocada pela onipresença da “onda terceiro-mundista”, mas no século XXI, sobretudo na última década, ela começou a aparecer em centenas de publicações acadêmicas, como também tornou-se de uso corrente na mídia, e em grande medida isto se deve ao fato de, involuntariamente, Oglesby haver criado uma expressão que quebrava a hierarquia presente em quaisquer dos modelos explicativos correntes até então: subdesenvolvido/desenvolvido; centro/periferia; 1º, 2º e 3º Mundos. Nesta nova versão, supondo-se um mundo já globalizado e homogêneo, as divisões sociais não poderiam mais ser compactadas em grandes áreas, posto que “os excluídos” estão em toda a parte. Mas permanece o problema se o seu antônimo é “Norte nacional”, como indicaria um raciocínio dialético, ou “Norte global”, como tem sido utilizado preferencialmente. Além disso, o adjetivo “global” por si só encerra o planeta inteiro e não qualquer de suas partes. Em suma, se existe um “Sul” diferente de um “Norte”, significa que o mundo não foi completamente globalizado e, portanto, os objetivos homogeneizadores da globalização falharam.

Assim, escoimada a exploração de tipo imperialista, nesta versão, invertendo-se o sentido original dado pelo seu autor, ao “Sul Global” restaria buscar “uma maior solidariedade entre os desfavorecidos no sistema mundial” (Brandt, 1890, p.34). Pelo menos é isso que propunha o chamado “Relatório Brandt”, surgido em 1980, e que se tornou o documento básico a partir do qual foi retomada a expressão “Sul Global”, sobretudo a partir da última década. Tratava-se de um relatório pormenorizado, e que se tornaria um livro de sucesso intitulado *Norte-Sul: um programa de sobrevivência* o qual continha inclusive um mapa bem explícito, que poucos conhecem o autor, mas que todo aluno brasileiro de ensino médio, pelo menos, certamente já viu:

Figura 1: A regionalização do espaço mundial segundo a linha Brandt (1980)



Fonte: BRANDT, W. (1980). *North-South: a program for survival- a program for the Independent Commission on International Development Issues*. London: Pan Books.

Pois é exatamente o mesmo mapa onde no Sul encontram-se os “países subdesenvolvidos” e do “Terceiro Mundo” os quais inundam, tanto os livros didáticos de Geografia, quanto os acessos à Internet. Esta confusão que inferniza a vida dos professores de Geografia deve ser atribuída primordialmente, nos parece, ao predomínio da abordagem geoeconômica sobre a geopolítica em todas estas divisões, e também à importância atribuída ao índice de ‘renda per capita’ como critério de classificação dos primeiros levantamentos, mesmo que atenuado posteriormente, pelo conceito mais sofisticado de Índice de Desenvolvimento Humano. Na própria abertura do documento oficial do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, a que estamos nos referindo, está escrito com todas as letras que o “termo “Sul” ou “Sul Global” refere-se aos países em desenvolvimento, que estão localizados primordial-

mente no Hemisfério Sul” (ibidem, p.33). Uma definição bastante vaga como se vê, o que suscita um aprofundamento de nossa análise.

Não-alinhamento e terceiro-mundismo

Sem descurar da questão da origem dos conceitos fundamentais aqui destacados, nosso foco é a sua utilização política, ou seja, descrever resumidamente como passaram da epistemologia para a mobilização política, e os deslocamentos semânticos que experimentara à medida em que iam sendo apropriados por atores sociais concretos.

O “pai” do conceito de “Terceiro Mundo” é mais conhecido que Baruck ou Oglesby, ao menos nos lugares onde a influência cultural francesa é significativa. Mas vale insistir no fato de que Alfred Sauvy lhe atribuiu originalmente um sentido político que também foi desvirtuado com o tempo, de modo que hoje a maioria das pessoas o vê como sinônimo de “mundo subdesenvolvido” ou “pobre”, o mesmo significado conferido, aliás ao “sul global”. Se, em 1952, Sauvy fez analogia com a Revolução Francesa relacionando os países colonizados ao “terceiro Estado”, destacando assim a luta pela soberania nacional, foi a revolução chinesa quem atrairia o conceito definitivamente para o campo do socialismo. Com efeito, a questão que se colocava aos povos que lutavam por sua independência no imediato pós-guerra, aproveitando-se do enfraquecimento das potências europeias, era justamente que caminho seguir após a conquista da soberania política: o capitalismo ou o socialismo?

Em abril de 1955 realizou-se na cidade indonésia de Bandung, a Primeira Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, que reuniu delegações de 29 países e representou a quebra do isolamento diplomático imposto à China depois da vitória da Revolução. Muitos autores consideram este evento o momento de passagem do conceito original para o início do movimento político correspondente, isto é, o início do terceiro-mundismo³⁶. Da mesma forma, muitos entendem que foi nesse encontro que nasceu também o movimento dos países não-alinhados. Mas é preciso frisar que, do ponto de vista geopolítico, os dois fenômenos não podem ser tratados como indistintos. Como tentaremos demonstrar a seguir, o primeiro obedeceu antes à liderança chinesa, ao passo que o segundo serviu, e ainda serve antes de tudo à política de potência da Índia.

Para esclarecer melhor, retornemos à “Teoria dos Três Mundos” de Mao Tsé-Tung. Ela trouxe uma diferença crucial em relação tanto à leitura original de Alfred Sauvy, quanto em relação à versão que acabou sendo mais disseminada no Ocidente, e que ainda hoje inunda nossos livros didáticos. Esta última propunha que os Estados Unidos e seus aliados seriam o Primeiro Mundo, a União Soviética e “países satélites”, o Segundo Mundo, e o Terceiro seria composto pelos países neutros ou não-alinhados conforme se observa na Figura 2 a seguir:

36 Este é um caso clássico de alteração semântica entre o que pretendia o autor e os resultados concretos de sua apropriação para fins de mobilização política.

Figura 2: Regionalização do Espaço mundial segundo Alfred Sauvy (1952)



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Enquanto isso, para os chineses, o Primeiro Mundo incluiria apenas as duas superpotências nucleares, o Segundo seriam os países industrializados menores, localizados na Europa, mais Canadá e Japão, e o Terceiro seria representado pelos países subdesenvolvidos ligados ao movimento dos não-alinhados (Figura 3):

Figura 3: A teoria dos três mundos de Mao Tsé-Tung



Fonte: <<https://www.marxists.org/history/erol/ncm-5/theory-3-worlds/section1.htm>>. Acesso: 15/7/2023.

Daí as confusões e intercorrências de sentido, mas uma análise mais acurada,

como a exposta aqui, deixa claro o deslocamento executado por Mao, dando ênfase à variável estratégica em detrimento da econômica. Ao colocar no mesmo bloco, Estados Unidos e União Soviética, a China expunha ao mundo sua intenção em não se submeter a nenhum dos dois gigantes, quer no plano estratégico, quer no plano ideológico, colocando-se assim, potencialmente, como líder deste terceiro conjunto, ainda não plenamente soberano.

A exposição mais clara do pensamento do líder chinês se deu em 1974, quando afirmou numa reunião com outros parceiros do mesmo encontro que: “O terceiro mundo tem uma população enorme. Com a exceção do Japão, a Ásia pertence ao terceiro mundo. A África inteira pertence ao terceiro mundo, e a América Latina também”. Em seguida, defendeu a ideia de que ambas as superpotências nucleares eram inimigas dos povos do mundo, opinião polêmica que terminou por dividir o campo socialista.

Nehru, Tito, Nasser e Sukarno haviam seguido noutra direção. Ao invés de criticarem a União Soviética “pela esquerda”, procuraram um caminho um pouco mais “à direita”, com um viés nacional-desenvolvimentista na economia e uma diplomacia aberta ao diálogo com o Ocidente. O termo não-alinhamento foi utilizado pela primeira vez em 1950 quando Índia e Iugoslávia rejeitaram assumir a defesa de qualquer um dos lados na guerra da Coreia. Nehru voltaria a mencioná-lo em diversas ocasiões e, em 1957, fez uma afirmação lapidar: “O não-alinhamento me parece a consequência natural de uma nação independente funcionando de acordo com seus próprios direitos”. Garantir a soberania recém conquistada equilibrando-se entre os dois contendores foi a filosofia adotada, algo bem diferente, portanto, do terceiro-mundismo chinês que se opunha a ambos. A disputa era sobre qual o melhor caminho para o desenvolvimento, demarcando-se aqui claramente uma clivagem Leste/Oeste simbolizada pelo conceito de “guerra-fria”, estratégica e ideológica; e outra Norte/Sul essencialmente econômica e social.

Ao contrário do terceiro-mundismo que se tornaria sinônimo de uma postura ideológica de enfrentamento ao imperialismo, os não-alinhados formalizaram sua união criando um movimento - MNA-, que conta hoje com 120 países-membros e 20 observadores. Não por acaso, Rússia, China e Brasil são apenas observadores o que deixa a Índia como a principal potência do grupo. Desde 1961, quando se realizou a Primeira Conferência de Cúpula em Belgrado, já foram 18 reuniões, tendo sido a última em Baku, no Azerbaijão, em outubro de 2019. Como se trata de um movimento e não uma organização hierarquizada com estrutura burocrática própria, 31 chefes de Estado já a presidiram, sendo os princípios norteadores da associação bastante genéricos, a fim de contornar a diversidade ideológica e geoeconômica de seus membros. Se isto lhe confere abrangência, por outro lado lhe dá pouca coesão e capacidade de intervenção efetiva nas grandes questões mundiais, como ficou comprovado recentemente, por ocasião do combate à Covid-19. A cooperação proposta por seus membros foi pouco além da retórica e das boas intenções. A atualização desse debate que envolve várias perspectivas de incremento das relações inter-hemisféricas Sul-Sul nos impõe uma pergunta incontornável: os países do BRICS estariam, hoje, todos no “Sul Global”? Mais ainda, representariam seu núcleo diretor? Tentemos explorar mais um pouco estas indagações.

O “Sul” como sujeito histórico: o meridionalismo

Do ponto de vista da Geografia, o grande problema de todas estas designações consiste justamente em sua imprecisão cartográfica, a indefinição dos contornos desses conjuntos territoriais, e o quê fundamentalmente eles expressam. Quando a proposta que está sobre a mesa é o alargamento do BRICS, surge a dúvida se esta associação terá condições de substituir de alguma maneira outras organizações internacionais cujos propósitos se aproximam, como são os casos do G-20, da Comissão Sul e do Grupo dos 77, além do MNA já mencionado. Em todas estas iniciativas a ideia é o fortalecimento econômico da região através do incremento das relações comerciais entre os países que a compõem, mas quais são ou deveriam ser exatamente estes países, e quais não, é objeto suscetível de muita controvérsia.

Decerto, quando Jim O’Neil propôs o acrônimo BRIC ele não supunha que a sua ‘descoberta’ pudesse vir a inspirar a construção de um bloco geopolítico rival à OTAN, mas foi justamente nessa direção que a realidade se moveu. Sublinhe-se que nem mesmo a errática –para dizer o mínimo – política externa bolsonarista foi capaz de impedir a participação brasileira no bloco, ao contrário do que se passou em relação à UNASUL e à CELAC, boicotadas pelo Itamaraty por razões “ideológicas”. Isto revela sem dúvida a dependência brasileira em relação à China, assimetria que em nossa proposição deveria ser balanceada a partir de uma maior aproximação geoestratégica entre Brasília e Nova Délhi. É neste ponto que uma perspectiva “meridionalista” capitaneada pelo Brasil, se encaixa perfeitamente como prolongamento e ao mesmo tempo ruptura em relação ao terceiro-mundismo “chinês” e ao não-alinhamento “indiano”. Há, aqui, uma linha evolutiva na tomada de consciência dos povos do Sul geopolítico que começa com o reconhecimento de que a divisão social do trabalho possui um rebatimento no espaço geográfico. A afirmação de um “Terceiro Mundo” anti-imperialista liderado pela China, não deixa de representar, nesse sentido, a culminância de um projeto geo-ideológico que enxerga na “via camponesa” o único caminho de libertação real dos povos oprimidos. Tal postura afirmativa, peremptória, foi negada, ou pelo menos mitigada, pela visão defensiva do não-alinhamento estratégico e ideológico. Esta última, como vimos, além de mais afinada aos principais interesses geopolíticos da Índia, corresponde internamente a uma política de aliança, e não luta de classes.

Na mesma direção, o meridionalismo “brasileiro” surge como resposta aos desafios colocados pelo globalismo “americano” na atualidade, aprofundando a busca de uma “terceira via” para a política mundial, através de uma visão própria da relação entre valores e economia, geopolítica e ideologia. A ideia é dar um passo além do não-alinhamento e avançar para uma posição propositiva e original do ponto de vista geo-ideológico (Regiani e Martin, 2018). A premissa teórica desta proposição se assenta no reconhecimento de que as duas primeiras décadas do século XXI alteraram a correlação de forças entre as grandes potências mundiais, tornando mais plausível a tese da quebra da bipolaridade. A ascensão de potências emergentes combinada ao declínio relativo dos Estados Unidos mais a recuperação do prestígio militar da Rússia

criou um cenário complexo e instável, no qual o projeto hegemônico norte-americano colide com as aspirações de todas as demais potências, grandes ou pequenas, quer reivindiquem uma nova ordem econômica global ou apenas um pouco mais de respeito às suas soberanias.

Esta contradição vivida pelos Estados Unidos de tentarem alcançar a monopolaridade, no exato momento em que sua pretensa hegemonia apresenta sinais de exaustão, tem levado a elite do país a apoiar uma política exterior bastante agressiva, independentemente de quem esteja no comando da Casa Branca no momento. Como já foi apontado como muita justeza por José Luis Fiori, a despeito das várias lutas internas, partidárias, e entre facções, a elite americana tem mantido constantes ao menos dois objetivos básicos: 1- manter a liderança militar e econômica; 2- financiar “a infraestrutura indispensável ao exercício deste poder global”. Nestas circunstâncias é fácil concluir que o Brasil dispõe de uma posição ao mesmo tempo incômoda e privilegiada ao observar, desde uma distância relativamente segura, o recrudescimento das tensões Leste/Oeste. Privilegiada certamente por contar nas últimas décadas com boas relações tanto de um lado como do outro. E incômoda pela mesma razão, como se viu recentemente no caso do apelo alemão para que o Brasil enviasse munição para os tanques Leopard, que estão sendo entregues à Ucrânia. Lula fez bem em recusar o pedido, assim como Bolsonaro também acertou ao não aderir às sanções contra a Rússia. São fatos que revelam a crescente importância do país na geopolítica mundial, mas ainda falta dar um passo para que os brasileiros deixem de ser classificados como mais um dos “povos sem história”.

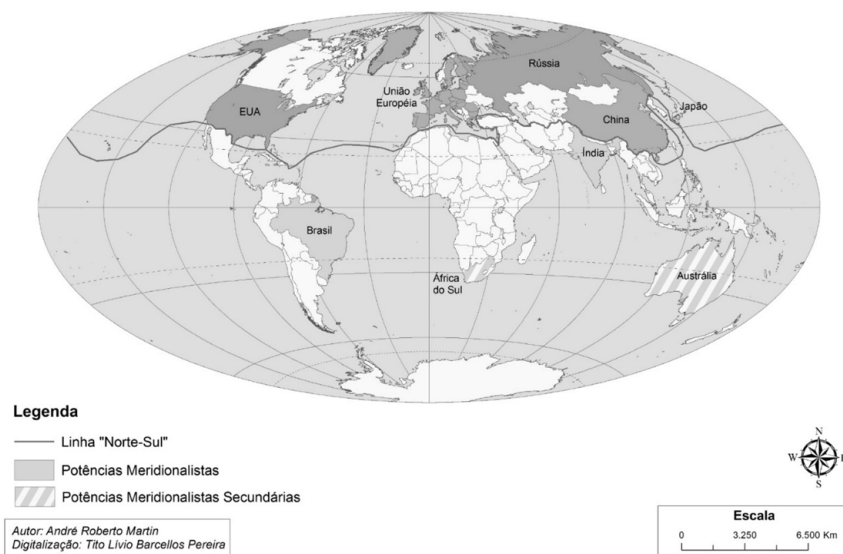
Curioso notar como este conceito, hoje decerto fora da moda, refere-se praticamente aos mesmos conjuntos geográficos contidos na expressão “Sul Global”. Há todo um debate no interior do marxismo a respeito do significado exato do seu uso pelos criadores do materialismo dialético. Não é o caso de retomá-lo em detalhes, mas a analogia entre ambos é notória. Marx escreveu, em 1853, um célebre artigo sobre a Índia no qual se referiu a este país como “não tendo história”. Mais tarde, ao analisar a China também a caracterizou da mesma maneira. Generalizando um pouco mais, passou a identificar nos Impérios orientais “a perpetuação endógena de suas estruturas econômicas”. Ou dito de outra maneira, para Marx, a melhor síntese para descrever o que ele denominou de “modo de produção asiático” seria o contraste entre, de um lado, a imobilidade social que mantém intactas as relações de produção e, de outro, a efervescência política onde clãs e facções disputam avidamente o controle da máquina pública (Augusto et al., 2020). Convenhamos que a realidade latino-americana não se afasta muito desta imagem.

Em vista do que foi exposto até aqui, reconhecemos na identificação da “condição meridional” um conceito científico, isto é, ele descreve com suficiente rigor a incapacidade das nações abrigadas neste imenso Hemisfério Sul geopolítico de conseguirem orientar a política mundial a favor de seus próprios interesses. Trata-se exatamente da região do mundo que é antípoda ao “*Heartland*” mackinderiano: em vez de fortaleza inexpugnável, compacta, trata-se de um conjunto disperso, arquipelágico, e vulnerável ao ataque das potências marítimas. Até agora se tem reconhecida como “irrealista”, a proposta de construção de uma terceira via, para além da bipolaridade nuclear. Como verificamos, de fato, o europeísmo, o terceiro-mundismo, e o não-ali-

nhamento, mostraram-se impotentes para desviar o mundo de uma rota de colisão entre os dois colossos atômicos do Norte. Mas o que mais preocupa, considerada a geopolítica, é que diferentemente do momento inicial da Ordem de Ialta, hoje, a tensão Leste/Oeste se dá para além do aspecto militar e ideológico. Temos de um lado Leviatã, ou seja, o mundo marítimo ou mercantil capitaneado pelos Estados Unidos, e apoiado por União Europeia, Japão e aliados menores. No campo oposto, Rússia, China, Irã e Coreia do Norte emulam claramente *Behemoth*, ou seja, o símbolo do poder continental, terrestre e camponês. Uma terceira via, para além da bipolaridade nuclear entre Washington e Moscou, sempre pareceu “utópica”, e o regime militar instaurado em 1964 no Brasil até hoje é justificado, por muitos, em função desse argumento para demonstrar a “inevitabilidade” do alinhamento brasileiro ao lado do Ocidente, no auge da guerra fria. Argumento só parcialmente válido, uma vez que omite o livre-arbítrio e a escolha ideológica das elites, notadamente as militares, em favor da defesa do “Ocidente cristão” contra o “comunismo ateu”. Ocorre, porém, que agora o maior parceiro comercial do Brasil é a China, e não os Estados Unidos, e se Índia e Brasil estiverem do mesmo lado, como aliados geoestratégicos, podem vir a se tornar a sexta potência revolucionária capaz de mudar a História e evitar a catástrofe em andamento.

Expliquemos melhor: a “sexta potência” faz uma referência ao fator surpresa, à variável não identificada, não prevista, mas que traz dinamismo e novidade para a História. Durante o mercantilismo, esta sexta potência veio a ser justamente a Rússia, a única que realizou a expansão mercantil por via terrestre, através de trenós, e não de navios como foram os casos de Portugal, Espanha, França, Países Baixos e Inglaterra. Foi, pois, precisamente este poder continental, acumulado pelos czares por cerca de dois séculos, que se mostraria como o “elemento surpresa” decisivo para a derrota das tropas napoleônicas em 1812, e que marcaria a superação definitiva do *Ancien Régime*, mesmo que ideologicamente, a Ordem da Santa Aliança exaltasse exatamente o contrário. Um pouco adiante, a “sexta potência”, para Marx, representaria a emergência da classe operária no contexto de uma ordem mundial dominada pela Pentarquia Europeia: Inglaterra, Rússia, Áustria, Prússia e França. O batismo de fogo do proletariado europeu durante as jornadas de 1848 foi, como se sabe, o estopim para a criação de uma Internacional Socialista contrária à ordem burguesa instaurada pelo Congresso de Viena. Analogamente, podemos dizer que no contexto atual, o “meridionalismo” teria condições de reunir força geopolítica e diplomática suficiente, capaz de surpreender o mundo e fazê-lo avançar para uma ordem mundial mais justa, e que contemple de alguma forma, a representação no Conselho de Segurança da ONU, de ao menos as duas maiores potências meridionais do planeta: Brasil e Índia conforme se observa na Figura 4 a seguir:

Figura 4: A teoria dos Seis Mundos



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Este é, aliás, o ponto decisivo de nossa argumentação crítica contra a imprecisão do conceito de “Sul Global”. Qual o critério, afinal, que rege sua “identidade regional”? No caso do “meridionalismo”, ao contrário, fica evidente a distorção de poder entre o Norte e o Sul. Ao Norte, desfilam, como uma espécie de Pentarquia contemporânea, Estados Unidos, União Européia, Rússia, China e Japão. Representam as grandes potências tecnológicas e industriais do planeta, e controlam as agendas econômica e de segurança. O poder do Sul ao contrário, repousa na sua ecologia e juventude, na cultura e na diplomacia. O poder “duro” contra o poder “brando”. Do que a Humanidade está mais necessitada hoje em dia?

Referências

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). **Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AUGUSTO, A. G.; MIRANDA, F.; CORRÊA, H. F. Marx e os povos sem História. **Nova econ**, n.30, v.1, 2020.

Beck, U. **Liberdade ou capitalismo. Ulrich Beck conversa com Johannes Willms**. São Paulo, UNESP, 2003.

BERMÚDEZ, Á. **O dia de 1983 em que o mundo esteve à beira de uma guerra nuclear (e como descobrimos só agora)**. BBC News Mundo, 28 fevereiro de 2021.

BIAGI, O. L. O imaginário da guerra fria. **Revista de História Regional** [S.L], v.6, n.1, 2007.

BRANDT, W. **North-South: a program for survival- a program for the Independent Commission on International Development Issues**. London, Pan Books, 1980.

DELMAS, C. **Armamentos nucleares e guerra fria**. São Paulo. Perspectiva. Col. Kronos, 10, 1979.

DOMINGOS, C. S. M. **50 anos da crise dos mísseis: horror nuclear em tempos presentes**. URI:<https://repositorio.furg.br/handle/1/6892>, 2013.

FIORI, J. L. C. Geopolítica internacional: a nova estrutura imperial dos Estados Unidos. **Saúde Debate**. Nov. 2018.

GRAGNARI, J. **O que é “Globalismo”, termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump**. Fonte: BBC News: <https://www.bbc.com>, 3 de Fevereiro de 2019.

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo, Difel, 1975.

LACOSTE, Y. **Contra os anti-terceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1985].

LIPPMANN, W. **The Cold War: a study in US foreign policy**. Harper, 1947.

MAGNOLI, D. **Da guerra fria à détente**. Papirus, 1988.

MARTIN, A. R. Geopolítica e geoideologia na atualidade: rumo ao pluralismo ideológico? **Revista de Geopolítica**, v.9, p.142-156, 2018.

MARTINEZ, M. **Encanto, um filme que fala de inclusão**. Disponível Blog IJEP <https://blog.ijep.com.br>>encanto-um-filme-que-fala-de-inclusão 11 de fev. 2022

MARTINS, J. P. **A distinção entre globalismo e globalização**. Paraná Portal 27 de julho de 2021, 13:54. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br>>jose-pio-martins>. Acesso em 24 fev. 2023.

MOREIRA, F. K. A percepção de ameaça estatal no contexto da guerra fria: aproximações político-históricas do comportamento estatal brasileiro. **Texto e Debates**, v.1, n.12, p.1-23, 2013.

MUNHOZ, S. J.; ROLLO, J. H. Détente e détentés na época da guerra fria (décadas de 1960 e 1970). **Esboços**, v. 21 n. 32, 2014.

UPADHYAYA, P. **Non-aligned States and India's International Conflicts** (Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy of the Jawaharial Nehru University thesis) Centre For International Politics Organization and Disarmament School of International Studies New Delhi, 1987.

REGIANI, R.; MARTIN, A. R.: Geopolítica e geoideologia na atualidade: rumo ao pluralismo ideológico? **Revista de Geopolítica**, v.9, p.142-156-156, 2018.

SANTA CRUZ, H. La creación de las Naciones Unidas y de La CEPAL. **Revista de La CEPAL**, n.57, 1995.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização- do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TUNG, M-T. The Differentiation of the Three Worlds is a Scientific Marxist Assessment of Present-Day World Realities. In: Chairman Mao's Theory of the Differentiation of the Three Worlds is a Major Contribution to Marxism-Leninism. **Encyclopedia of Anti-Revisionism On-Line**. marxists.org/history/erol/ncm-5-3-worlds/index/htm (tradução automática), 1977.

UNGERER, R. **11- Movimento dos não-alinhados e G-77, o Sul Global e a COVID 19** in Parte II- Diplomacia da Saúde e Covid 19. Série informação para a ação na Covid- 19. Fiocruz, Ministério da Saúde, Scielo books. Disponível: mbooks.scielo.org/id/hdyfg/pdf/buss-9786557080290-14.pdf

VIGEVANI, T. **Terceiro Mundo Conceito e História**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.